

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.819.635 - RS (2019/0166006-6)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
RECORRENTE : JUCEMAR FREU
ADVOGADOS : RODRIGO FRÉU - RS097204
MATHEUS MARTINI - RS102965
RECORRIDO : FAZENDA NACIONAL

EMENTA

PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL SOBRE O QUAL SE ALEGA INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE. SÚMULA 284/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. DECISÕES MONOCRÁTICAS APONTADAS COMO PARADIGMAS. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, “c”, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TRF da 4ª Região, assim ementado (fl. 164):

MANDADO DE SEGURANÇA. IPI. ISENÇÃO. PORTADOR DE DEFICIÊNCIA FÍSICA. AQUISIÇÃO DE VEÍCULO ADAPTADO. LAUDO MÉDICO EMITIDO POR PRESTADOR DO SUS. PROSSEGUIMENTO DO PEDIDO. INDICAÇÃO DE RESTRIÇÃO COMPATÍVEL COM A DEFICIÊNCIA INDICADA NA CNH. EXIGÊNCIA INDEVIDA.

Comprovada a deficiência física do contribuinte através de laudo médico oficial, é de ser concedido em parte o mandado de segurança para determinar o prosseguimento do pedido de isenção do IPI, sendo descabida a exigência de que o requerente da isenção possua CNH com restrição compatível com a deficiência.

O recorrente aponta dissídio jurisprudencial quanto ao ponto de que é possível, na via judicial, deferir o benefício de isenção de IPI para pessoas com deficiência, bastando, para tanto, que haja a comprovação dessa deficiência.

Contrarrazões às fls. 225-228.

Juízo positivo de admissibilidade às fls. 231-232.

Parecer do Ministério Público Federal pelo provimento do recurso às fls. 248-250.

É o relatório. Passo a decidir.

A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que a ausência de indicação do dispositivo legal objeto de interpretação divergente, configura deficiência na fundamentação recursal, o que impede o conhecimento do apelo nobre interposto com fundamento no artigo 105, III, “c”, da Constituição Federal. Incidência da Súmula 284/STF. Nesse sentido: AgInt no REsp 1.624.206/PR, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 15/12/2016; AgInt no REsp 1.622.220/SP, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 15/12/2016; AgRg no AREsp 682.625/PE, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 25/11/2016; AgInt no AREsp 842.727/RN, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 6/10/2016.

Além disso, esta Corte Superior firmou entendimento no sentido de que decisão

Superior Tribunal de Justiça

monocrática não pode ser utilizada como paradigma para fins de alegação de dissídio jurisprudencial, visto que a Constituição Federal, ao mencionar a hipótese de cabimento do recurso especial prevista no art. 105, III, c, se vale da expressão "Tribunal", que enseja a idéia de decisão colegiada.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. AÇÃO DE COBRANÇA. PECÚLIO *POST MORTEM*. OFENSA AO ART. 535 DO CPC. NÃO CONFIGURADA. MATÉRIA DE DIREITO LOCAL. SÚMULA N. 280 DO STF. LEI LOCAL CONTESTADA EM FACE DE LEI FEDERAL. COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ART. 102, III, D, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. DECISÃO MONOCRÁTICA APONTADA COMO PARADIGMA. IMPOSSIBILIDADE.

[...]

IX - Em verdade, a Corte Superior firmou entendimento no sentido de que decisão monocrática não pode ser utilizada como paradigma para fins de alegação de dissídio jurisprudencial, visto que a Constituição Federal, ao mencionar a hipótese de cabimento do recurso especial prevista no art. 105, III, c, vale-se da expressão "Tribunal", que enseja a idéia de decisão colegiada. A propósito: AgInt no REsp n. 1.765.964/RJ, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 11/12/2018, DJe 14/12/2018.

X - Agravo interno improvido (AgInt no REsp 1.785.538/RJ, Rel. Min. Francisco Falcão, Segunda Turma, Dje 13/05/2019, **grifo nosso**).

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS DECORRENTE DE RESCISÃO DE CONTRATO DE FRANQUIA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA QUE REJEITA PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO. RECORRIBILIDADE IMEDIATA POR AGRAVO DE INSTRUMENTO. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ART. 1.015, III, DO CPC/2015. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA OU ANALOGIA. IMPOSSIBILIDADE. TAXATIVIDADE MITIGADA. MODULAÇÃO. DECISÃO MONOCRÁTICA. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. IMPOSSIBILIDADE.

[...]

3. A decisão de cunho monocrático não é apta a abrir divergência jurisprudencial. Precedentes.

4. Agravo interno não provido

(AgInt no REsp 1.782.063/MG, Rel. Min. Nancy Andrighi, Terceira Turma, Dje 19/06/2019, **grifo nosso**).

Ante o exposto, **não conheço** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator